

A batalha pelo Chile revisitada: um estudo com fontes brasileiras¹

The struggle for Chile revisited: A study with Brazilian sources

Carlos Federico Domínguez Avila²

cdominguez_unieuro@yahoo.com.br

Resumo: O artigo explora os prolegômenos do golpe de estado no Chile, especialmente os acontecimentos de julho a setembro de 1973. O texto é resultado de pesquisa com fontes primárias consultadas no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores, sediado em Brasília. Também é utilizada literatura especializada publicada no Brasil e no exterior, com destaque para as obras de Luiz Alberto Moniz Bandeira, Peter Winn e Peter Kornbluh. A documentação consultada confirma a grave crise política, econômica e social imperante naquele país, as tentativas de evitar a fratura da democracia, e a bem sucedida estratégia conspiratória que culminou com o infausto golpe de 11 de setembro de 1973 e acontecimentos subsequentes – inclusive a implantação de um regime burocrático-autoritário particularmente despótico, repressivo e violento.

Palavras-chave: Chile, Salvador Allende, Unidade Popular, Democracia, Autoritarismo.

Abstract: This paper explores the origins of the coup d'Etat in Chile, especially the events between July and September of 1973. The text is the result of research with primary sources from the Brazilian Foreign Affairs Historical Archive. Also, literature specialized published in Brazil and the exterior is used, with prominence for Luiz Alberto Moniz Bandeira, Peter Winn and Peter Kornbluh. The documentation confirms the serious politic, economic and social crisis in that country, the attempts to prevent the breakdown of the democracy, and the strategy that follows to September of 1973 coup and subsequent events.

Key words: Chile, Salvador Allende, People's Front, Democracy, Authoritarianism.

Introdução

O presente artigo explora o crepúsculo e a quebra da democracia chilena, particularmente durante os últimos três meses do governo da Unidade Popular, encabeçado pelo presidente Salvador Allende. O estudo é resultado de pesquisa com fontes primárias consultadas no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores – no sucessivo AHMRE. Cumpre adiantar que as fontes atendem integralmente a uma crítica interna, por serem autênticas. Contudo, é

¹ O autor do artigo agradece as ponderações dos avaliadores anônimos que apreciaram a versão inicial deste texto. Esse artigo é dedicado à família Cárcamo.

² Doutor em História. Professor do Centro Universitário Unieuro e do Centro Universitário de Brasília.

importante também lembrar que tanto o regime brasileiro da época, dirigido pelo general Emílio G. Médici, quanto o Embaixador brasileiro em Santiago, Antônio Câmara Canto, eram claramente contrários ao regime da Unidade Popular – e de fato favoreciam direta e indiretamente a derrocada de Allende. E essa posição político-ideológica transparece frequentemente nas informações enviadas ao Itamaraty e ora colocadas à disposição do leitor. Nessa linha, parece prudente ressaltar que essa constatação não significa que o autor do artigo compartilhe com as apreciações, elucubrações ou interpretações do referido diplomata brasileiro³.

O artigo também se fundamenta na literatura disponível publicada no Brasil e no exterior. Nesse sentido, parece interessante destacar os trabalhos de Moniz Bandeira (2008), Aggio (2002, 1999), Winn (2010) e Kornbluh (2004). Também é importante reconhecer que o artigo tenta dialogar prioritariamente com a documentação primária, inclusive procurando certo patamar de originalidade e de contribuição ao debate. Afinal, trata-se de tirar proveito de documentação gerada por um observador privilegiado da situação interna chilena da época.

Sem vinho e sem empadões: derrota ou fracasso na política econômica da Unidade Popular?

É bem sabido que a economia chilena experimentou graves desequilíbrios macroeconômicos e microeconômicos durante o ano de 1973. As causas e consequências dessa crise econômica ainda são objeto de controvérsias. Para alguns, tratou-se de uma derrota da estratégia nacional-desenvolvimentista claramente orquestrada pelo governo norte-americano e pela burguesia chilena (Bitar, 1980; Altamirano, 1979). Para outros, a caótica situação do país no início de setembro era resultado dos erros cometidos na política econômica impulsionada pelo próprio governo (Dornbusch e Edwards, 1990). Seja como for, a crise econômica se expressou com uma crescente inflação, com a especulação, com uma política salarial pouco realista, com severo déficit orçamentário, na falta de apoio do bloco soviético, e na escassez de bens de consumo (Angell, 2002; Garcés, 1993).

Exemplo disso último foi a crise do pão, alimento essencial para as famílias chilenas, e que praticamente sumiu do comércio nos dias anteriores ao golpe militar.

De fato, na véspera do dia 11 de setembro de 1973, a Embaixada brasileira em Santiago informou ao Itamaraty o seguinte: “A escassez de pão acentuou-se fortemente neste fim de semana, transformando-se num problema social de evidente gravidade. As filas nos bairros de classe média e alta, e em certas zonas populares, adquiriram proporções que não se poderia imaginar em alguns meses atrás” (AHMRE, Telegrama 865, 11/09/1973). O documento em apreço também informava o seguinte:

Sucedem-se os atentados contra as vias férreas e as caravanas de caminhões do MOPARE [Movimento Patriótico de Renovação dos Transportadores, entidade afim ao governo da Unidade Popular]. O oficialismo afirma que os transportadores de [León] Villarín, mancomunados com sabotadores de Pátria e Liberdade, executam um plano destinado a cortar o abastecimento de Santiago e induzir a população à revolta através da fome (AHMRE, Telegrama 865, 11/09/1973).

Evidentemente, a grave ameaça de fome, desabastecimento, greve de transportadores, e atos terroristas contra a infraestrutura econômica e social formavam parte de um plano para desestabilizar o governo, bem como gerar incertezas sobre a governabilidade democrática e sobre a viabilidade da política econômica impulsionada pela Unidade Popular. Em outras palavras, se tratava da culminação de um lento, premeditado e espúrio processo de boicote econômico impulsionado pela burguesia chilena e que acabou minando a credibilidade do regime – inclusive porque nos dias posteriores ao golpe militar as lojas reiniciaram suas operações com normalidade, só que com preços bem mais altos para a população (Kornbluh, 2004; Bitar, 1980).

A documentação consultada confirma as apreciações supracitadas e acrescenta que durante todo o ano de 1973 a crise econômica chilena era induzida pela estocagem exagerada, pela “psicose do consumidor”, pela especulação, pela corrupção e pelo desabastecimento. Na opinião do brigadeiro Alberto Bachelet, pai da futura presidenta Michelle Bachelet, e que na época dos acontecimentos era responsável pelo sistema de abastecimento de alimentos, a difícil situação imperante no país era consequência de um mercado negro, da pressão psicológica para acumular mercadorias, da especulação e de outros delitos econômicos semelhantes⁴. Para tentar proteger os consumidores de baixa renda e a sua plataforma eleitoral,

³ Parece pertinente constatar que o autor deste artigo teve acesso somente à documentação diplomática confidencial e reservada, porém não à documentação secreta ou mais sensível – em função do sigilo previsto em lei. Igualmente não se considerou a documentação de outras agências brasileiras com vínculos e interesses na questão chilena, particularmente as agências de inteligência das forças armadas.

⁴ AHMRE (Telegrama 74, 27/01/1973). Cumpre acrescentar que o brigadeiro Alberto Bachelet acabou sendo preso, sequestrado, torturado e morto por colegas militares, devido a sua oposição ao golpe de 11 de setembro de 1973.

o governo de Allende criou as chamadas Juntas de Abastecimento e Preço – JAPs –, fortaleceu os Centros de Mães e procurou a implementação de sistema de racionamento e talões de consumo. Na opinião do embaixador brasileiro, “O governo pretende atingir o controle drástico e total da produção de artigos essenciais e canalizá-la preferencialmente aos setores populares, núcleo de sua sustentação política, atingidos pelo agravamento da crise econômica”⁵.

Contudo, os representantes do comércio varejista local questionaram a política de distribuição impulsionada pelo governo. Suas entidades de classe conclamaram a não integrar e/ou contribuir com as Juntas de Abastecimento e Preço, e estreitar suas relações com outras entidades semelhantes – o que, de fato, acabou acontecendo especialmente após as eleições parlamentaristas de março de 1973 e, principalmente, no contexto geral da denominada segunda greve dos transportes. Cumpre lembrar que a primeira greve dos transportes foi em outubro de 1972, e quase provocou a queda de Allende e da Unidade Popular (Moniz Bandeira, 2008). Observe-se que essa segunda greve iniciou-se em 24 de maio e somente terminou após o golpe de 11 de setembro de 1973. *Ex post facto* demonstrou-se que a Central de Inteligência Americana financiou grande parte do movimento grevista em questão. Sobre o assunto, a Embaixada brasileira informou o seguinte:

Iniciou-se hoje uma greve indefinida dos transportes coletivos particulares de Santiago. O sindicato do ramo emitiu uma declaração pública expressando que o movimento é uma consequência do fracasso das negociações com as autoridades. O governo recusou-se a autorizar novo aumento das tarifas conforme os níveis solicitados pelos empresários, os quais, por sua vez, alegam que a exploração do serviço envolve despesas crescentes de combustíveis, material de reposição e salários. O público está sendo precariamente atendido pela frota de ônibus da empresa estatal [...] A deteriorização do transporte coletivo urbano pode ser interpretada como um resultado direto dos impedimentos à importação de material de reposição (AHMRE, Telegrama 415, 24/05/1973).

Vale acrescentar que, nas semanas seguintes, a combalida economia chilena também foi ameaçada por outras greves eminentemente políticas, nos ramos da mineração do cobre – vital para captação de dólares e outras divisas –, serviços, comércio, dentre outros. Para as entidades empresariais chilenas – encabeçadas pela Sociedade de Fomento Fabril e pela Sociedade Nacional de Agricultura – as greves patronais eram uma forma

extrema de protestar contra a ocupação e a nacionalização dos seus empreendimentos, além de criar as condições para um golpe militar (Valenzuela, 1989). Nesse contexto, a pressão da burguesia aumentou significativamente na segunda quinzena de agosto e no início de setembro. De fato, em primeiro de setembro de 1973 foi informado a Brasília o seguinte:

O Chile chega a este fim de semana sufocado por um conjunto alarmante de greves: transportistas, taxistas, motoristas de ônibus, médicos, dentistas, farmacêuticos, enfermeiras e gremialistas. O comércio, que suspendeu sua greve de 48 horas, promete recomeçá-la na próxima segunda-feira [3/9]. Em virtude do exposto, a escassez de toda sorte de produtos aumenta progressivamente no país em geral e em Santiago em particular (AHMRE, Telegrama 838, 01/09/1973).

E na véspera do 11 de setembro de 1973, o embaixador brasileiro informou a seus superiores o seguinte: “Dirigentes da Confederação do Comércio e de outras associações do ramo decidiram prosseguir com a greve que mantém praticamente paralisado esse importante setor da economia do país. Nesses últimos dias outros grêmios aderiram ao movimento (engenheiros, farmacêuticos, pilotos da LAN, advogados etc.), conformando-se uma situação semelhante à greve de outubro do ano passado” (AHMRE, Telegrama 866, 11/09/1973). O documento em apreço continua nos seguintes termos: “A Confederação de Colégios Profissionais do Chile emitiu uma declaração através da qual justifica sua decisão de apoiar a ofensiva contra o governo, solicitando ao Presidente da República, em nome do seu patriotismo, que retifique a condução política nacional ou renuncie ao cargo” (AHMRE, Telegrama 866, 11/09/1973). Eis a denominada insurreição da burguesia contra o governo da Unidade Popular tantas vezes denunciada na literatura especializada – e também representada na tristemente célebre marcha das panelas vazias (Elgueta e Chelén, 1985; Garcés, 1993; Aggio, 2002).

Não parece necessário ponderar que para o governo e para a esquerda, em geral, a denominada Greve dos Patrões tinha inspiração sediciosa, subversiva e até contrarrevolucionária. Evidentemente, tratava-se de paralisar a economia, criar desabastecimento de alimentos e de combustíveis, fomentar o caos social e político, procurando reverter as políticas econômicas e sociais do governo e, eventualmente, criar as condições para derrubar o próprio governo e também o regime democrático vigente no país

⁵ AHMRE (Telegrama 15, 19/01/1973). O documento em apreço acrescenta seguidamente que “A decorrência inevitável dessa estratégia proletária será provavelmente a instauração de maiores restrições ao consumo da classe média e, por conseguinte, a agudização da luta de classes inerente à gestão da Unidade Popular”.

durante mais de 40 anos. Desafortunadamente, o regime de constitucionalista de Salvador Allende tinha poucas alternativas para enfrentar a insurreição da burguesia. A requisição e nacionalização das empresas insubordinadas poderiam acrescentar problemas econômicos e orçamentários, bem como repressão e eventualmente mártires para a direita local (Winn, 2010).

Assim, salvo melhor interpretação, é evidente que, no campo econômico, mais que um fracasso (Dornbusch e Edwards, 1990), foi possível constatar a derrota da política desenvolvimentista impulsionada pelo regime da Unidade Popular – tudo isso em benefício da grande burguesia local e de seus seguidores (Bitar, 1980; Altamirano, 1979).

Sobre a erosão do sistema político e seus desdobramentos: eleições parlamentaristas, conspirações e negociações partidárias

Com a eleição presidencial de 1970 chegou ao poder a Unidade Popular, uma coalizão minoritária de partidos de centro-esquerda, integrada principalmente pelo Partido Socialista, pelo Partido Comunista e pelo Partido Radical – além de outras agremiações minoritárias. O programa de governo dessa coalizão pretendia, em geral, impulsionar transformações fundamentais nas estruturas econômicas, políticas e sociais daquele país. Pretendia-se, assim, construir uma via chilena ao socialismo, respeitando o marco constitucional ainda vigente e os direitos fundamentais dos cidadãos (Angell, 2002; Aggio, 2002; Garcés, 1993; Altamirano, 1979; Bitar, 1980).

Contudo, ao longo do período presidencial em questão, o governo de Salvador Allende enfrentou enormes obstáculos internos e externos – especialmente de natureza política, ideológica, estrutural, e de inserção internacional. Ao mesmo tempo, evidenciou-se um gradual deslocamento de democratas – tanto governistas quanto oposicionistas – para posições eminentemente não-democráticas ou radicais (de esquerda e de direita). Em outras palavras, a arena política e democrática do país – que tinha vigorado desde a década de 1930 – entrou em uma fase de grandes controvérsias. Gradualmente, Allende teve que experimentar pressões dentro da coalizão da Unidade Popular (especialmente do Partido Socialista), da esquerda radical (Movimento de Esquerda Revolucionária), da oposição de centro-direita (Democracia Cristã e Partido Nacional), e da extrema-direita (Pátria e Liberdade, organização terrorista de orientação fascista). Também é importante levar em consideração as pressões dos movimentos sociais, dos poderes fáticos (empresariado), da Igreja, da imprensa e de outros atores

relevantes na recomposição das relações de poder nesse país (Valenzuela, 1989; Garcés, 1993).

Observe-se que o relacionamento do Executivo com o Parlamento e com o Poder Judiciário tornou-se conturbado. Algo semelhante aconteceu em relação aos militares e policiais, aos órgãos de fiscalização e controle do Estado, e a certas entidades de classe particularmente importantes no país. Gradualmente, foi possível verificar uma deterioração das instituições e dos mecanismos tradicionais de mediação e representação de interesses; sendo substituída pela política da mobilização e do confronto político e social. A politização e a polarização das forças anteriormente neutras ou técnicas resultou na perda da legitimidade do sistema político chileno. Para a esquerda, muitas daquelas instituições basicamente representavam os interesses estratégicos da classe dominante; entretanto, a direita as considerava baluartes da tradição, da legalidade e da ordem econômica – isso era particularmente evidente na questão do respeito ao direito da propriedade privada, que gerou graves choques entre o Executivo e o Judiciário/Parlamento (Moniz Bandeira, 2008; Aggio, 2002; Altamirano, 1979).

Nesse contexto, as eleições parlamentares de 4 de março de 1973 tornaram-se de grande relevância para a oposição e para o governo. A documentação diplomática consultada confirma que a oposição de centro-direita, então agrupada na denominada Confederação Democrática – CODE, integrada fundamentalmente pela Democracia Cristã e pelo Partido Nacional –, pretendia considerar o pleito como um virtual plebiscito da administração allendista. Além disso, a oposição certamente procurava lograr um predomínio majoritário nas duas casas do Parlamento com intuito de lograr as condições políticas necessárias para aprovar um *impeachment* e proceder com a destituição do Presidente da República. Entretanto, a esquerda democrática, agrupada na Federação da Unidade Popular (comunistas, socialistas e radicais), procurava um resultado razoável para continuar governando, consolidar as conquistas do programa revolucionário e anunciar as propostas do governo para os próximos anos. Cumpre acrescentar que também existia certa concorrência ao interior das duas coalizões, no sentido de evitar ser superado pelos próprios aliados no interior das grandes formações político-eleitorais (Valenzuela, 1989).

No dia seguinte das eleições parlamentaristas, a Embaixada brasileira em Santiago informou o seguinte:

As eleições parlamentares, que decorreram em ordem, terminaram com a esperada vitória da oposição (CODE) nas proporções previstas [...] Como até agora não terminou a contagem, não se tem certeza sobre as porcentagens, mas estas devem variar entre os 68 por

cento e 58 por cento para a CODE e 38 por cento a 49 por cento para a UP. Da eleição o grande vitorioso foi [Eduardo] Frei que teve votação esmagadora. Os outros candidatos eleitos para senatoria santiaguina são: Jarpa, Musalem (ou Labbe), Teitelboim e Altamirano (AHMRE, Telegrama 179, 05/03/1973).

Afinal, os resultados oficiais foram os seguintes: a CODE logrou o 54,2% dos votos e a Unidade Popular, o 43,9%. Assim, a aliança de centro-direita continuou sendo majoritária no Parlamento. Porém, a oposição não conseguiu alcançar os dois terços mínimos necessários em ambas as câmaras para lograr a destituição de Salvador Allende pela via do *impeachment*. Mesmo assim, os partidos de centro-direita continuaram tendo um cômodo controle do Congresso, logrando obstruir quase todos os projetos de lei do executivo e tomando iniciativas claramente contrarrevolucionárias e antidemocráticas, inclusive a famosa moção de 22 de agosto de 1973, na qual se declarou uma suposta inconstitucionalidade do governo da Unidade Popular, e tacitamente convidando as forças armadas para derrocar o Executivo pela via da força (Valenzuela, 1989).

Paralelamente, a Unidade Popular continuou sendo uma minoria estável. De fato, a bancada governista aumentou sua representação com novos deputados e senadores. Em outras palavras, a base de sustentação do regime teria demonstrado considerável consistência político-eleitoral e interessantes perspectivas para o pleito eleitoral presidencial previsto para 1976 (Angell, 2002). Outrossim, parece interessante destacar o forte apoio sindical e camponês ao programa da Unidade Popular. Sobre o assunto: “A Central Única de Trabalhadores emitiu uma Declaração Pública tão logo conheceram os resultados das eleições de 4 de março, conclamando seus associados e o governo a não negociar a aplicação do programa básico da Unidade Popular”, informou-se a Brasília (AHMRE, Telegrama 196, 09/03/1973). Acrescentando seguidamente que “Isto significa, em outras palavras, que o sindicalismo chileno reivindica intransigência e celeridade no processo de socialização instaurado no país pela UP. O qual se teria fortalecido, segundo a CUT, pelos resultados da consulta popular de quatro de março”⁶.

Seja como for, parece evidente que o resultado das eleições de março de 1973 não resolveu o turbulento e polarizado panorama político do país. De fato, rapidamente a política do confronto retornou, inclusive com as hipóteses de guerra civil, de golpe de Estado, de violência política, terrorismo, de conspiração e de intervenção imperialista.

Tudo isso estava em evidente deslealdade perante as normas e procedimentos do regime democrático – particularmente de parte dos setores de centro-direita. Na documentação consultada também constata o surgimento de novos desafios pós-eleitorais para o governo de Allende: (a) a política educacional; (b) a lei de controle de armas; (c) os excessos na constituição do setor social da economia; (d) o boicote e o desabastecimento de alimentos e combustíveis; (e) as greves de grêmios; (f) a guinada para a direita da Democracia Cristã – com a eleição de Patrício Aylwin; (g) os frequentes ataques da imprensa, comprovadamente financiados pela inteligência norte-americana; (h) a sedição de elementos contrarrevolucionários; e (i) as conturbadas relações com as outras instituições do Estado (Kornbluh, 2004; Moniz Bandeira, 2008; Garcés, 1993; Bitar, 1980; Altamirano, 1979; Dornbusch e Edwards, 1990). Nessa linha, em 12 de maio, a Embaixada brasileira em Santiago informou o seguinte:

O país está passando, praticamente, por um período de anarquia quase total. Continuam sem solução as greves de trabalhadores das minas de cobre “El Teniente” com perigo de alastrar-se à grande mineração; da locomoção nas províncias de Valparaíso e Concepción e de diversos laboratórios e, a partir de hoje, de advertência, por 24 horas, da marinha mercante. Existe seria ameaça de greve geral da locomoção, caminhoneiros, bancários e comércio. Os jornais de esquerda, com o único intuito de preparar o ânimo dos operários e instigá-los contra a oposição, há dias anunciam conspirações de toda espécie contra o governo Allende [...] O espectro da guerra civil paira sobre o país. A esquerda apesar de temê-la a deseja, não só para dominar definitivamente se vitoriosa, bem como para cobrir o desastre total da sua administração. Não obstante o Presidente Allende declarou enfaticamente: “Meu máximo dever é evitar o enfrentamento”.

[...] O senador Patrício Aylwin (PDC) em entrevista ontem concedida ao vespertino “La Segunda” declarou: “Não deixaremos de vigiar o Governo. Usaremos todas as ferramentas: projetos, acusações, vetos, concentrações, [paralizações] e greves. Este Governo [da Unidade Popular] é o mais reacionário, despótico e amoral. Não desejamos o enfrentamento, mas a UP deve deixar de ameaçar com a guerra civil. Somente uma oposição forte e decidida poderá pôr ponto final a um Governo totalitário e hipócrita” (AHMRE, Telegrama 381, 12/05/1973).

⁶ Segundo o documento em apreço, para a CUT – e para outras entidades sociais que formavam parte da base de sustentação do governo – era particularmente interessante verificar que a centro-direita não tinha conseguido o objetivo de obter os dois terços do Parlamento necessários para destituir o presidente Allende. Além disso, as forças populares tinham aumentado sua representação no Congresso, a votação nas zonas agrícolas tinha sido particularmente positiva, e argumentavam que o programa básico da Unidade Popular deveria continuar sendo realizado.

Na opinião de Arturo Valenzuela (1989), após as eleições de março e do ressurgimento do confronto político, Allende tinha basicamente três alternativas para manter a governabilidade democrática e concluir seu período presidencial: (a) a incorporação de militares no gabinete, o que significaria moderar a implementação do programa de governo; (b) a negociação de um acordo mínimo com o principal partido da oposição – isto é, com a Democracia Cristã; e (c) o aprofundamento da política de transformações radicais. As duas primeiras alternativas foram impulsionadas especialmente após a fracassada tentativa golpista dirigida por militares não-hierárquicos de 29 de junho de 1973. Aparentemente, Allende não cogitou seriamente a terceira alternativa.

Com efeito, o governante acabou aceitando a incorporação dos chefes das três forças e do diretor da polícia (Carabineiros), na reforma de gabinete de 9 de agosto de 1973 – isto é, um mês antes do golpe. Na ocasião, o comandante do Exército, general Carlos Prats, assumiu o ministério da Defesa. O almirante Raúl Montei-ro, chefe da Marinha, assumiu a pasta da Fazenda. O brigadeiro César Ruiz, chefe da Força Aérea, assumiu a pasta dos Transportes. E o general Mario Sepúlveda, do Corpo de Carabineiros, assumiu o ministério de Terras e Colonização. Cumpre adiantar que Prats, Montero e Sepúlveda eram realmente profissionais e tentavam defender a institucionalidade democrática diante de um eventual golpe – de fato, como se comenta na seguinte seção, o golpe de 11 de setembro de 1973 somente aconteceu após o afastamento das personalidades supracitadas e do fracasso do denominado gabinete de segurança nacional (Moniz Bandeira, 2008).

Mesmo que a incorporação dos referidos militares fosse uma exigência inclusive da oposição – especialmente da Democracia Cristã, ao considerar, dentre outras questões que “nas presentes circunstâncias a participação dos militares no governo constitui a única garantia de que os eventuais acordos que venham a ser subscreitos com a Unidade Popular se cumpram cabalmente” (AHMRE, Telegrama 742, 08/08/1973), e que “o restabelecimento do Estado de direito e o acatamento da ordem jurídica e institucional vigente por parte das autoridades encontram-se intimamente vinculados à presença de militares na condução do país, não a título pessoal, mas em representação das respectivas instituições” (AHMRE, Telegrama 742, 08/08/1973) – não faltaram críticas do Partido Nacional e da própria Democracia Cristã. Para os primeiros, o

presidente Allende estaria colocando às forças armadas em grave responsabilidade e desgaste, e para os segundos os militares não teriam cargos realmente significativos no novo gabinete⁷.

Afinal, a participação dos referidos militares no gabinete de segurança foi bastante efêmera. Na época, a oposição aparentemente não estava disposta a continuar trabalhando na perspectiva da arena democrática – eis o fracasso das conversações diretas entre o presidente Allende e o senador democrata-cristão Patricio Aylwin (Valenzuela, 1989; Garcés, 1993). Os problemas políticos e sociais realmente tinham saído das instituições representativas, deslocando-se para as ruas, para as indústrias, para as zonas rurais, para os quartéis. “Santiago, se não fosse pelos sérios incidentes verificados no centro, poderia considerar-se uma cidade abandonada”, informou-se a Brasília; acrescentando também que “a série de ocorrências verificadas nos dois últimos dias me levam a acreditar que, dentro de em breve, o caos assenhorear-se-á do país”⁸.

Na verdade, nessa época, a alternativa golpista já estava bastante avançada e se tornou virtualmente irreversível em 22 de agosto, quando a Câmara dos Deputados aprovou, por 81 votos contra 47, uma moção que denunciava o governo de Allende por grave rompimento da ordem constitucional (Elgueta e Chelén, 1985; Altamirano, 1979; Garcés, 1993). Segundo a interpretação do embaixador Antônio Câmara Canto,

A moção decidiu que aquela Casa Legislativa comunicara oficialmente ao Presidente da República e aos quatro ministros militares que, “diante do grave rompimento da ordem constitucional e legal da República”, não cabe àqueles ministros “dar seu aval a determinada política partidária”, mas, ao contrário, “reconduzir a ação governamental aos canais legais e assegurar as bases essenciais de convivência democrática entre os chilenos”. O documento aprovado contém 14 considerandos, em que arrola uma impressionante série de atos ilegais e de violações da Carta Magna por parte do Executivo. A reação dos parlamentares da Unidade Popular à moção foi das mais violentas e, hoje pela manhã, uma das manchetes do órgão oficioso “La Nación” resume claramente o pensamento dos marxistas: “Congresso dá luz verde para o Golpe de Estado.” Nas palavras do deputado socialista Victor Barberis, “O projeto entrega aos militares facciosos um instrumento que os libera das obrigações constitucionais. Já “El Mercurio”, em

⁷ AHMRE (Telegrama 750, 10/08/1973). O documento em apreço também comenta que para os socialistas e comunistas, tradicionalmente céticos da incorporação dos militares no gabinete da Unidade Popular, era realmente necessária e positiva uma acomodação com as forças armadas para garantir um mínimo de governabilidade democrática no país. Contudo, o Movimento de Esquerda Revolucionária – MIR – questionou duramente o que considerou uma virtual rendição ou capitulação diante da pressão da centro-direita.

⁸ AHMRE (Telegrama 787, 22/08/1973). O documento em apreço também pondera o seguinte: “O comércio local, obedecendo às instruções do seu grêmio, manteve-se fechado. Os distúrbios acima referidos, com troca de tiros e repressão violenta por parte de Carabineiros, foram provocados por elementos de esquerda que desafiaram manifestação de jovens pertencentes ao Partido Nacional. Houve cerca de vinte feridos à bala, pelo menos, seis dos quais encontram-se em estado grave”.

editorial, afirma que “A Unidade Popular desconfia das instituições da República e começa a vislumbrar golpes e sedições aonde não há mais do que os freios legítimos que a ordem jurídica deve colocar nos excessos do despotismo.” A “sedição” não provém dos poderes constitucionais, mas daqueles que tratam de destruir o sistema democrático chileno (AHMRE, Telegrama 793, 23/08/1973).

Em retrospectiva, a referida moção da Câmara dos Deputados não era neutra ou equânime. Para muitos analistas e pesquisadores da quebra da democracia chilena, essa moção, na realidade, formava parte da conspiração golpista e acabou sendo citada inclusive pelos militares que assumiram o poder em 11 de setembro de 1973. Outrossim, conseguir o afastamento dos quatro ministros militares – que também eram comandantes dos respectivos corpos castrenses e de ordem – era uma das últimas tarefas para completar a estratégia que levaria à derrubada de Allende e da democracia naquele país.

O esgotamento da doutrina Schneider e a emergência da alternativa militar

“Até o momento parece não haver adesões ao primeiro grupo [de militares golpistas] que se revoltou. Allende convocou o operariado para descer para o centro ‘a fim de defender o Governo Popular’. Determinou-lhe que parasse imediatamente as indústrias e trouxesse as armas de que dispusesse. Da Embaixada continuam a ser ouvidos disparos”, assim relatou o Embaixador Câmara Canto as primeiras notícias da tentativa golpista de 29 de junho de 1973, impulsionada por militares não-hierárquicos e finalmente derrotada pela intervenção direta do general Carlos Prats, comandante do Exército (AHMRE, Telegrama 534, 29/06/1973). Lamentavelmente, para a Unidade Popular a crise do denominado *Tancazo* não resolveu, em absoluto, a conspiração golpista impulsionada por generais, almirantes e brigadeiros, além de um considerável número de civis e de potências externas com vínculos e interesses na questão chilena – especialmente dos Estados Unidos (Kornbluh, 2004; Valenzuela, 1989; Aggio, 2002).

Para os fins deste artigo, parece interessante ressaltar que a intencionalidade golpista acabou sendo derrotada pelas forças militares constitucionalistas comandadas pessoalmente pelo general Prats, e em segundo lugar o fato de que Allende conclamara o proletariado a defender seu governo com as armas que, por ventura, dispusesse nos denominados cordões industriais de Santiago e de outras localidades.

Com efeito, o papel das forças armadas, especialmente das lideranças constitucionalistas da instituição

castrense – isto é, Prats, Montero, e Sepúlveda –, era absolutamente vital para manter em pé o regime democrático, em geral, e o governo de Allende, em particular. Manter os referidos militares no comando das respectivas instituições – e no próprio gabinete, em qualidade de ministros – era essencial para o regime. Observe-se que Allende confiava decididamente na capacidade de Prats para controlar o Exército, evitando assim a necessidade de criar milícias armadas paralelas dispostas a defender o regime – como demandava parte do Partido Socialista e do Movimento de Esquerda Revolucionária. Inversamente, afastá-los do comando dessas instituições era muito importante para os conspiradores golpistas (Moniz Bandeira, 2008).

Do mesmo modo, a questão das armas em poder dos simpatizantes da Unidade Popular – bem como a eventual formação de milícias e um exército popular paralelo; ou, inversamente, a apreensão compulsória daquelas armas – tornou-se um desafio extremamente complexo na conturbada realidade chilena de julho a setembro de 1973. Numerosos documentos enviados pela Embaixada brasileira em Santiago atestam a alta relevância de ambos os tópicos. Nesse contexto, parece pertinente iniciar a análise correspondente citando uma relevante mensagem de Câmara Canto sobre o assunto, datado em 24 de agosto, isto é, três semanas antes do golpe:

Nas últimas semanas, trava-se no Chile uma verdadeira batalha verbal, na imprensa e no Parlamento, por meio da qual Governo e oposição procuram provar que as suas respectivas ideias melhor se coadunam com o espírito, a doutrina e a legítima missão das forças armadas. Para o Partido Nacional, nas palavras de seu líder, Senador Onofre Jarpa, bgs marxistas procuram, pura e simplesmente, destruir as forças armadas. Segundo o Senador e ex-Presidente Eduardo Frei, líder da Democracia Cristã, o Governo estaria usando as forças armadas para jogar sobre elas a responsabilidade pelo desastre político, econômico e social que criaram no país. Para o Partido Comunista, a tradição das forças armadas é a de pleno apoio às decisões do Governo constitucional, ou seja, a de estrita obediência ao Executivo. A direita, “com finalidades antipatrióticas”, procura fazer com que “os militares traíam sua doutrina e desonrem o Exército”. O MIR, junto com setores mais extremados do Partido Socialista e de outros partidos da UP, entretanto, não titubeia em classificar as forças armadas como dos corpos distintos os oficiais, “burgueses, reacionários e fascistas”, e os soldados ao lado do povo, “mas submetidos ao injusto domínio da hierarquia” (AHMRE, Telegrama 799, 24/08/1973).

Paradoxalmente, ao mesmo tempo que os políticos discutiam o papel das forças armadas no crepúsculo da democracia, um grupo cada vez mais numeroso de oficiais realmente conspiravam contra a Unidade Popular. E, como mencionado, eles persistentemente procuravam afastar os comandantes constitucionalistas – isto é, os seguidores da chamada doutrina Schneider, que demandava estrita obediência dos militares à Constituição –, substituindo-os por altos oficiais direta ou indiretamente comprometidos com a conspiração. Essa substituição de oficiais foi lograda em poucos dias, após 20 de agosto (Moniz Bandeira, 2008).

O primeiro dos quatro comandantes a ser substituído foi o brigadeiro César Ruiz, chefe da força aérea chilena. Cumpre mencionar que a adesão de Ruiz à doutrina Schneider era bem menos evidente que a dos outros comandantes – de fato, algumas fontes sugerem que o referido brigadeiro realmente formava parte da conspiração golpista em andamento. Seja como for, Ruiz, que também era ministro dos Transportes, renunciou a ambos os cargos, em 20 de agosto. Essa renúncia provocou uma confusa situação em certas bases da Aeronáutica, produto aparentemente da falta de transparência nos procedimentos – algumas fontes especulam que a tentativa de revolta poderia haver sido gerada pelo boato do descobrimento de conspiração golpista naquela força, o que poderia terminar resultando em uma eventual purga de elementos contrarrevolucionários. Observe-se que o embaixador brasileiro chegou a informar que “a totalidade dos oficiais e tropas daquela arma encontram-se aquartelados e exige a reintegração do general César Ruiz como comandante em chefe” (AHMRE, Telegrama 780, 20/08/1973). Afinal, Ruiz transferiu, no mesmo dia, o comando da força aérea ao brigadeiro Gustavo Leigh, oficial que comprovadamente formava parte da conspiração para derrubar o governo da Unidade Popular. Sobre o episódio, vale acrescentar que a Embaixada em Santiago informou a Brasília o seguinte:

Às 19h de ontem, o general César Ruiz passou o comando da Força Aérea ao seu substituto, general Gustavo Leigh, em cerimônia que contou com a presença da totalidade dos generais daquela força. Dessa forma, culminou um dia de incerteza e de rumores inquietantes, em relação à atitude que tomaria a FACH e as Forças Armadas diante da substituição de Ruiz [...] O Presidente Allende [...] falou ao país, à noite, dizendo que a substituição de comando na Força Aérea transcorreu de acordo com as “normas tradicionais” [...] Acrescentou o Presidente que, segundo lhe informara o general Leigh, a situação na FACH era de normalidade e o que tinha ocorrido fora tão somente a inquietação de alguns oficiais por desconhecem os antecedentes da renúncia do general Ruiz (AHMRE, Telegrama 783, 21/08/1973).

Três dias depois, o general Carlos Prats, comandante do Exército e ministro da Defesa, apresentou ao Presidente Allende sua renúncia indeclinável. O fato era sumamente grave e foi resultado do crescente isolamento do referido general constitucionalista, no meio da conspiração golpista que se assenhoreava no oficialato das forças armadas chilenas. Cumpre assinalar que o antecedente imediato que provocou a saída de Prats foi um curioso incidente diante da residência do general, em 21 de agosto, quando um grupo de esposas de altos oficiais do Exército pretendeu “entregar à senhora Prats uma carta em que, parece, lhe solicitam que aconselhe a seu marido a abandonar os dois cargos que atualmente desempenha” (AHMRE, Telegrama 787, 22/08/1973). Segundo Câmara Canto, aquelas esposas de altos oficiais “baseariam o pedido em causa ao desprestígio a que o titular da pasta de Defesa está, com suas atitudes e servilismo ao regime, levando o Exército” (AHMRE, Telegrama 787, 22/08/1973). No dia seguinte, 22 de agosto, Prats teria interrogado a cinco generais cujas esposas teriam participado na referida demonstração. E esses teriam declarado “estar de pleno acordo com o externado pelas suas mulheres, ou seja, de que ele, Prats, deveria abandonar os cargos que desempenhava já que sua adesão ao regime comprometia ao Exército”. E no dia 23 de agosto,

em reunião com o corpo de Generais, [Carlos Prats] encontrou pela frente 12 generais que lhe exigiram o seu afastamento. Segundo Prats, resolveu demitir-se a fim de não dividir o Exército. A atitude do general levou o Presidente da República a provocar uma reunião urgente do Gabinete no decorrer da qual Allende rejeitou o pedido de renúncia coletiva. O general Augusto Pinochet, que comandou o Exército em caráter interino, foi nomeado substituto de Prats (AHMRE, Telegrama 796, 24/08/1973).

Ainda que possa parecer repetitivo ou cansativo, é importante para os fins deste trabalho acrescentar a avaliação do embaixador brasileiro sobre a demissão de Prats e seus desdobramentos na difícil situação política chilena da época. Nessa linha, o diplomata brasileiro também informou aos seus superiores o seguinte:

A inesperada renúncia do general Carlos Prats salientou, de maneira dramática, a posição central que as Forças Armadas vêm passando a ocupar nas últimas semanas, no contexto da crise chilena. Ao que tudo indica, forçados pelas circunstâncias e a contragosto, porque a linha predominante entre os militares chilenos tem sido, há mais de 40 anos, o alheamento às contingências políticas, a estrita obediência ao profissionalismo, de acordo com a chamada “doutrina Schneider”, as Forças

Armadas, neste momento, não poderão mais fugir ao debate dos problemas cotidianos e, principalmente, não poderão fugir às decisões adequadas. O que não se pode saber, entretanto, é até que ponto alcançará essa participação forçada e que formas ou canais irá tomar. O general Carlos Prats vinha desempenhando, nos últimos três anos, bem ou mal, o papel de contestável do regime chileno. Era, sem qualquer dúvida, o homem forte do governo do Presidente Allende. Poderá ser substituído, nesse papel decisivo, nas atuais circunstâncias de grave crise social, política e econômica? Essa é a pergunta que, não se sabe se nas próximas horas, ou em futuro mais remoto, deverá ser resolvida, e da qual depende a própria sobrevivência da Unidade Popular (AHMRE, Telegrama 797, 24/08/1973).

Salvo melhor interpretação, a dramática lucidez do parágrafo anterior dispensa comentários adicionais. Ainda assim, é bom lembrar que a presença de Prats era crucial para a estabilidade e a segurança de um governo intensamente acossado pela direita local e por potências externas. Observe-se, por exemplo, que no mesmo dia da queda de Prats a Embaixada brasileira também informou sobre o recrudescimento do terrorismo de extrema direita – representado pela organização Pátria e Liberdade, e que na verdade era impulsionada pelos oficiais golpistas da Marinha chilena – nos seguintes termos: “Cerca de vinte atentados à dinamite teriam sido cometidos ao longo do país, atingindo desde a missão diplomática da Coreia do Norte a estradas, teatros, sedes regionais de partidos, instalações elétricas e estabelecimentos comerciais que se recusaram a aderir à greve [da burguesia]” (AHMRE, Telegrama 794, 23/08/1973). Ao mesmo tempo, as forças governistas reagiram à queda de Prats com grande preocupação. O presidente da Central Única dos Trabalhadores, por exemplo, alertava, na mesma jornada de 23 de agosto, que “se espera, de um momento para outro, uma revolta ‘fascista’”, elucubrava que “era grave a situação do país” e conclamava “a classe operária a defender a Pátria e o Governo Popular das ‘hordas fascistas’” (AHMRE, Telegrama 791, 23/08/1973). Paralelamente, cumpre tomar nota de que, até a queda de Prats, o general Augusto Pinochet era considerado como oficial de orientação constitucionalista. De fato, foi o próprio Prats que recomendou a Allende a nomeação de Pinochet à frente do Exército chileno. Note-se, igualmente, que Pinochet acabou sendo o último dos novos comandantes em assumir diretamente a conspiração golpista, bem mais avançada na Força Aérea e, principalmente, na Marinha.

Com efeito, a Marinha chilena foi a instituição mais diretamente envolvida com a conspiração golpista

que resultou na queda de Allende. Entretanto, essa conspiração não era dirigida pelo almirante Raúl Montero – e que na época acumulava o cargo de ministro da Fazenda –, e sim pelo vice-almirante José Toribio Merino Castro, chefe da I Zona Naval, com sede na cidade de Valparaíso. Nessa linha, os comandantes da armada chilena envolvidos com o golpe também tinham que forçar primeiro a queda do almirante Montero. Poucos dias depois das renúncias de Ruiz e Prats, o embaixador Câmara Canto informou ao Itamaraty o seguinte: “Ontem à noite fui informado pelo Doutor José Maria Eizaguirre, Ministro do Supremo Tribunal, de que o almirante Raúl Montero teria apresentado ao Presidente da República, em forma indeclinável, sua renúncia ao cargo de Comandante-em-Chefe da Armada” (AHMRE, Telegrama 837, 01/09/1973). E acrescentou o diplomata brasileiro: “sei que, ultimamente, a Marinha, que está sendo vítima de violentos ataques por parte da imprensa que apoia o governo, não está satisfeita com o comportamento do almirante Monteiro”. Outrossim, “A oficialidade acha que Montero, como Comandante-em-Chefe da Armada, deveria ter assumido uma atitude firme perante às investidas dos partidos da esquerda e do MIR”⁹.

Em contraste com as demissões de Ruiz e de Prats, Allende não aceitou a renúncia de Montero. Aparentemente, o mandatário tinha bem fundado receio da eventual assunção de um oficial diretamente envolvido com a conspiração golpista, na instituição mais comprometida com os preparativos que resultaram nos acontecimentos de 11 de setembro de 1973. Nesse contexto geral, Câmara Canto informou, em 5 de setembro, o seguinte:

O Presidente Allende anunciou que não aceita a renúncia do almirante Montero ao cargo de comandante-em-chefe da Armada. A decisão presidencial está causando intranquilidade entre o Almirantado, que não esconde o desejo de que Montero seja substituído pelo almirante [José] Merino, que é o segundo da lista de antiguidade e, como chefe da zona de Valparaíso, tem-se caracterizado pelo inflexível combate à subversão. O Partido Socialista, entretanto, por razões óbvias, estaria terminantemente oposto à designação de Merino. Segundo soube, por fonte segura, a Armada insiste na saída de Montero, que perdeu muito de sua autoridade, pela excessiva brandura e indecisão que demonstrou diante das recentes crises causadas pelas renúncias dos generais Ruiz e Prats, bem como pela sua falta de definição, ainda que não seja esquerdista, no que diz respeito ao governo da Unidade Popular (AHMRE, Telegrama 845, 05/09/1973).

⁹ AHMRE (Telegrama 837, 01/09/1973). O documento em apreço conclui com os seguintes termos: “Também, segundo meu informante [isto é, o Ministro Eizaguirre], a oficialidade superior da Armada é do parecer que faltou ao almirante [Montero], quando da demissão do general César Ruiz, ex-Chefe da Força Aérea, a decisão e apoio que todos esperavam”.

Afinal, ao não ser sacramentado pelo Presidente da República, Merino acabou virtualmente usurpando o cargo de Comandante em Chefe da Armada, e assim se apresentou na manhã de 11 de setembro de 1973. Algo semelhante aconteceu com o diretor de Carabineiros, dado que a cúpula dessa instituição, em lugar de resistir ao golpe militar, acabou renunciando coletivamente na véspera. E logo após a queda do regime da Unidade Popular, o general César Mendoza foi apresentado como o substituto do general Sepúlveda, no comando da instituição policial chilena. Completou-se, assim, o quarteto que terminaria erigindo-se em Junta Militar de governo, após a derrubada de Allende.

Paralelamente, parece pertinente comentar que logo após o *Tancao*, de 29 de junho, e lembrando que nessa jornada Allende teria solicitado o apoio do operariado na defesa do governo inclusive com as armas de que dispusesse, a Marinha, a Força Aérea e finalmente o Exército começaram uma intensa requisição de armas em poder de civis, particularmente em posse de simpatizantes da Unidade Popular – e deliberadamente esquecendo as armas em posse dos grupos terroristas de extrema direita. Aparentemente, existia o receio de que Allende tentasse criar milícias armadas ou um exército popular. Observe-se que essa requisição também era fundamentada em uma Lei de Controle de Armas aprovada no final de 1972, e passou a ser inflexivelmente aplicada sob a perspectiva de um futuro golpe militar.

Cumpre destacar que as requisições em indústrias, sítios e outras instalações de simpatizantes da Unidade Popular foram realizadas com extrema violência – provocando mortes, humilhações e destruição de propriedades. Isso gerou grande e compreensível irritação nas bases de sustentação do governo. A documentação consultada constata a realização dessas operações em cordões industriais de Santiago, Punta Arenas, Temuco, Concepción, Talcahuano, Osorno, Quillota e Valparaíso, bem como em algumas zonas rurais. Em 4 de agosto, por exemplo, Câmara Canto informou o seguinte:

A situação extremamente grave [...] não tende a melhorar caso Allende mantenha a atual linha política e as forças armadas, agora menos desinibidas, vão, em contraposição ao desejo da UP, aumentando as buscas de armamentos ilegais. Ontem a Força Aérea vasculhou a indústria “Cobre Cerrillos”, integrante do cordão industrial de Cerrillos e ao contrário do ocorrido na greve de outubro, os militares se têm mantido à distância sem oferecer a ampla colaboração que, na referida greve,

ofereceu ao executivo. A CUT anuncia que protestará contra a busca de “Cobre Cerrillos”. Allende, como fez no dia da rebelião do coronel Souper, volta a exortar o operariado, por meios indiretos dessa vez, a tornar o papel de gendarmes: “Se faltam carabineiros, operários ajudarão a proteger veículos”. Mas não foi tão longe como o foi no 29 de junho, quando aventou a hipótese de se armar o operariado (AHMRE, Telegrama 787, 04/08/1973).

Em comunicações seguintes, o diplomata comentou que “Vêm dia a dia se tornando mais difíceis as relações entre os militares e os setores trabalhistas do Governo, da CUT e dos mil organismos operários existentes no país. Com as buscas efetuadas pela FACH, pela Marinha e pelo Exército, os referidos órgãos e setores se vêm mostrando irritados” (AHMRE, Telegrama 788, 06/08/1973). Acrescenta que: “Apesar do próprio Allende, em tímidas referências, ter censurado o rigor das Forças Armadas por desconfiar de sua atitude, as mesmas não mais mantêm a atitude contemporizadora que adotavam até há pouco.” E em referência ao caso da procura de armas realizada pela Força Aérea na região de Cerrillos, o diplomata comentou que “a busca efetuada pela FACH atingiu, desta vez, uma das mais importantes indústrias do chamado ‘cordão Cerrillos’, um dos núcleos do ‘Poder Popular’ criados pela UP em resposta ao movimento gremialista de outubro último, hoje sob controle preponderante dos extremistas do MIR e do PS.” “A ação da Força Aérea demonstrou que subsiste no país uma autoridade com capacidade de penetrar nos supostamente invioláveis santuários da esquerda”, concluiu (AHMRE, Telegrama 780, 06/08/1973).

As operações militares de busca de armas em santuários da esquerda continuaram até a véspera do dia 11 de setembro de 1973¹⁰. Aparentemente, procurava-se também estudar as reações dos militantes da Unidade Popular e treinar os conscritos – que normalmente eram da mesma classe social dos operários – com vistas a um futuro golpe de Estado. Seja como for, certamente essas operações e provocações causaram grande irritação de parte dos setores mais radicais do governo – e em mais de uma oportunidade se manifestaram publicamente sobre o assunto (AHMRE, Telegrama 737, 08/08/1973). Em contrapartida, grupos comprovadamente terroristas e de extrema direita, como Pátria e Liberdade, não só não eram investigados, como terminavam sendo impulsionados pelos oficiais sediciosos (Moniz Bandeira, 2008; Kornbluh, 2004).

Outras questões relacionadas foram – o que os militares chamaram de – as tentativas de infiltração das forças

¹⁰ AHMRE (Telegrama 864, 10/09/1973). O documento em apreço confirma que “prosseguem, em todo o país, as ações militares de perquisição às indústrias, em busca de armas.” Também sobre a descoberta e desbaratamento de dois acampamentos guerrilheiros em Nehuentue e Mamuil Malal – ambos no sul do país. Bem como sobre uma campanha publicitária da Marinha assegurando que “As Forças Armadas são a melhor garantia para o Chile” – isto é, preparando psicologicamente a população para o golpe de Estado que seria desfechado no dia seguinte.

armadas por parte de militantes *miristas* e socialistas. Tais tentativas de infiltração teriam acontecido especialmente na Marinha – que era, como mencionado anteriormente, o epicentro da conspiração que resultou na derrubada do governo constitucional. Observe-se que durante o mês de agosto a situação na Marinha foi particularmente tensa, porquanto marinheiros constitucionalistas subalternos denunciaram os planos golpistas de certos oficiais, e acabaram sendo brutalmente reprimidos, torturados e acusados de subversão (Moniz Bandeira, 2008; Altamirano, 1979).

Considerações finais

Em 4 de setembro foi comemorado o terceiro aniversário da vitória eleitoral da Unidade Popular. Na ocasião, mais de 500 mil simpatizantes do governo desfilaram pela principal avenida de Santiago e se concentraram diante do Palácio de La Moneda, sede do executivo local. Após o término do desfile comemorativo – que aparentemente foi uma das maiores concentrações políticas na história chilena – Allende falou ao país, por cadeia de rádio e televisão, comentando as conquistas e os desafios do regime. O mandatário teria também alertado sobre a grave conspiração golpista que pairava sobre o país e da necessidade de preparação para derrotá-la. Cumpre acrescentar que na época a economia chilena estava à beira do colapso, em função da insurreição da burguesia, das greves no comércio e no transporte, e do desabastecimento de alimentos e combustíveis. Igualmente, as manifestações de simpatizantes e opositores do regime se sucediam diariamente, gerando uma sensação de grande preocupação. Paralelamente, atentados terroristas da extrema direita atacavam alvos relacionados aos partidários da esquerda (Moniz Bandeira, 2008; Winn, 2010; Bitar, 1980; Garcés, 1993).

Nesse contexto, em 8 de setembro, Câmara Canto informou ao Itamaraty que “A situação do Chile nunca esteve tão confusa e, ao mesmo tempo, tão crítica, também, nunca tornou-se tão necessária uma tomada de posições e de objetivos possíveis como agora, tanto por parte dos partidos políticos como das forças armadas”¹¹. Em 10 de setembro, o diplomata registrou que “O país continua imerso em plena crise, sem que sequer tenha surgido o vislumbre de uma possibilidade concreta de desfecho” (AHMRE, Telegrama 862, 10/09/1973). Outrossim, “Allende está entre

a revolução totalitária a que lhe obrigam os marxistas e a solução democrática que exige a maioria do país”. “Para que se cumpra sua afirmação de que no Chile não haverá nem golpe nem guerra civil, Allende deverá superar com a maior presteza a beligerância que vários setores da Unidade Popular vem manifestando contra as forças armadas. Uma hipótese que também se menciona é a convocação de um plebiscito”, concluiu o referido diplomata. Finalmente, a documentação consultada registra a seguinte mensagem, que corresponde ao 11 de setembro de 1973:

*Todas as emisoras de Santiago estão transmitindo proclamação ao país, assinada pelo general Pinochet, almirante Merino e general Leigh, comandantes em chefe das Forças Armadas e pelo comandante de Carabineiros, que exigem imediatamente a entrega do poder pelo Presidente da República àqueles chefes, que se constituíram em Junta Militar de Governo.*¹²

Em documento posterior da mesma data (e enviado a Brasília por volta das 17h18min), Câmara Canto comentou os dramáticos acontecimentos da jornada, inclusive o violento ataque dos militares ao palácio de La Moneda, as mensagens de Salvador Allende anunciando sua disposição de resistir à investida golpista, a notícia da morte do mandatário constitucional, e das primeiras disposições do novo governo militar. Também se comentou sobre focos isolados de resistência de parte dos simpatizantes da Unidade Popular e das primeiras medidas repressivas dos militares – inclusive com a imposição de toque de recolher e de pena de morte para aqueles que forem presos portando armas de fogo¹³.

Nesse contexto, o presente artigo apresenta três conclusões básicas e documentalmente verificáveis. Em primeiro lugar, a própria documentação brasileira sobre a situação interna do Chile durante o governo da Unidade Popular é bastante relevante e significativa. Ainda que nem toda a documentação diplomática brasileira tenha sido liberada para a realização de pesquisas acadêmicas, entendemos que já é possível enriquecer qualitativamente o debate sobre o assunto em questão. Naturalmente, a desclassificação de documentação secreta tanto do Ministério das Relações Exteriores quanto das agências de inteligência das forças armadas brasileiras que comprovadamente

¹¹ AHMRE (Telegrama 858, 08/09/1973). O documento em apreço prossegue nos seguintes termos: “Os partidos opositores já estudam a possibilidade de utilizarem os recursos consubstanciados na Constituição para deter a insensata destruição do país, já que seria inútil esperar que Allende, que não tem as qualidades morais necessárias [sic], queira passar à história reeditando o gesto de O’Higgins. Politicamente Allende está perdendo terreno dia a dia, inclusive no seu próprio partido, cuja Comissão Política o criticou com azedume por permitir ‘exageros’ das Forças Armadas na busca de armas nas fábricas ocupadas pela esquerda. O PS também não se conforma com as posturas assumidas em províncias pelos chefes militares, desconhecendo as autoridades civis, quase todas em mãos do PS. Por outro lado a desobediência civil é um fato: o país está totalmente parado e sacudido de norte ao sul por greves deflagradas por diversos grêmios, transportistas e comerciários.”

¹² AHMRE (Telegrama 871, 12/09/1973). Cumpre acrescentar que, por alguma razão desconhecida, o documento em apreço foi datado em 12 de setembro, quando as informações citadas correspondem, obviamente, ao dia anterior.

¹³ AHMRE (Telegrama 872, 12/09/1973). Cumpre acrescentar que o toque de recolher continuou vigorando no Chile durante o resto da década de 1970. E que a repressão política continuou vigorando até o fim da ditadura militar, no início da década de 1990 (Angell, 2002; Kornbluh, 2004; Elgueta e Chelén, 1985).

atuavam no Chile na época contribuirá ainda mais na deliberação da temática. Futuras pesquisas poderão abordar o espinhoso assunto da posição do governo brasileiro diante da conspiração que resultou na derrubada de Allende e da quebra da democracia chilena – observe-se, por exemplo, que o governo de Médici foi o primeiro do mundo em reconhecer a Junta Militar que assumiu o poder em Santiago. Assim, parece evidente que o tema da abertura dos arquivos da época do regime militar, assunto debatido intensamente no Brasil nos primeiros meses do governo da presidenta Dilma Rousseff, poderá ajudar a completar o quadro ora apresentado.

Em segundo lugar, não parece necessário aprofundar aqui que a derrubada do regime democrático e a morte de Salvador Allende também resultou na imposição de um regime burocrático-autoritário particularmente violento, repressivo e duradouro. Basicamente, o autor deste artigo concorda com as apreciações mais qualificadas publicadas por autores consagrados na temática – especialmente com os consistentes trabalhos de pesquisa histórica publicados por Moniz Bandeira (2008) e Kornbluh (2004).

E em terceiro lugar, parece evidente que, quase 40 anos após os trágicos acontecimentos de setembro de 1973, tanto a pessoa de Salvador Allende, quanto a experiência do governo da Unidade Popular, continuam sendo discutidas por simpatizantes e detratores daquele regime. São relativamente poucas as pessoas que reivindicam publicamente a obra do regime militar chileno. O próprio general Augusto Pinochet se transformou em símbolo da opressão e da tirania no continente e no mundo (Angell, 2002). Sob essa perspectiva, não parece incorreto ponderar que a batalha pelo Chile foi uma grave derrota para os democratas chilenos – e latino-americanos –, porém seu otimista e construtivo legado certamente continua vigente no início do século XXI.

Epílogo

Em 23 de maio de 2011, os restos do ex-Presidente Salvador Allende foram exumados, atendendo a processo judicial que inquiriu sobre as circunstâncias exatas da sua morte, em setembro de 1973. Acontece que, evidentemente, Allende faleceu resistindo à investida golpista e em defesa da governabilidade democrática. Porém não estava claro se ele tinha cometido suicídio, se tinha sido fuzilado pelos militares insubordinados, ou se tinha sido executado com tiro fatal pelos guarda-costas do próprio governante. Em outras palavras, se trata de verificar se o óbito de Allende fora resultado de um suicídio, de um magnicídio ou de um homicídio qualificado. As avaliações preliminares sugerem que ele teria sido morto com dois tiros – o que, caso confirmado, resultará em novas indagações e requerimentos, no contexto geral dos desdobramentos da batalha pelo Chile

(*Folha de São Paulo*, 2011a). Em 19 de julho de 2011, o Serviço Médico Legal chileno informou que o governante teria cometido suicídio, no meio das dramáticas circunstâncias do momento – mesmo assim, as investigações sobre assuntos conexos que formam parte do mesmo processo continuarão nos próximos meses (*Folha de São Paulo*, 2011b).

Referências

- AGGIO, A. 2002. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. São Paulo, Annablume, 183 p.
- AGGIO, A. 1999. *Frente Popular, radicalismo e revolução passiva no Chile*. São Paulo, Annablume/Fapesp, 231 p.
- ANGELL, A. 2002. Chile, 1958-c. In: L. BETHELL (org.), *Historia de América Latina*. Barcelona, Crítica, vol. 15, p. 255-312.
- ALTAMIRANO, C. 1979. *Dialética de uma derrota. Chile 1970-1973*. São Paulo, Brasiliense, 286 p.
- BITAR, S. 1980. *Transição, socialismo e democracia. Chile com Allende*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 428 p.
- DORNBUSCH, R.; EDWARDS, S. 1990. La macroeconomía del populismo en América Latina. *El Trimestre Económico*, 225:131-157.
- ELGUETA, B.; CHELÉN, A. 1985. Breve historia de medio siglo en Chile. In: P.G. CASANOVA (org.), *América Latina: historia de medio siglo*. 5ª ed., México, Siglo XXI Editores, vol. 1, p. 231-290.
- FOLHA DE SÃO PAULO. 2011a. Allende pode ter levado 2 disparos diferentes, diz reportagem de TV. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/923130-allende-pode-ter-levado-2-disparos-diferentes-diz-reportagem-de-tv.shtml>. Acesso em: 16/07/2011.
- FOLHA DE SÃO PAULO. 2011b. Exame comprova que Salvador Allende se matou em 1973. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/945672-exame-comprova-que-salvador-allende-se-matou-em-1973.shtml>. Acesso em: 26/06/2011.
- GARCÉS, J. 1993. *Allende e as armas da política*. São Paulo, Editora Página Aberta, 335 p.
- KORNBLUH, P. 2004. *Pinochet: Los archivos secretos*. Barcelona, Crítica, 381 p.
- MONIZ BANDEIRA, L.A. 2008. *Fórmula para o caos/ A derrubada de Salvador Allende 1970-1973*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 640 p.
- VALENZUELA, A. 1989. *El Quiebre de la Democracia en Chile*. Santiago, FLACSO, 322 p.
- WINN, M. 2010. *A Revolução Chilena*. São Paulo, Editora UNESP, 209 p.

Fontes Primárias

- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Antônio Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 15 (Reservado), Santiago, 19.1.1973.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Antônio Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 74 (Reservado), Santiago, 27.1.1973.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Antônio Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 179 (Reservado-urgentíssimo), Santiago, 5.3.1973.

- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Antônio Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 196 (Reservado), Santiago, 9.3.1973.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Antônio Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 381, Santiago, 12.5.1973.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Antônio Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 415 (Reservado), Santiago, 24.5.1973.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Antônio Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 534 (Reservado-urgentíssimo), Santiago, 29.6.1973.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Antônio Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 737 (Reservado), Santiago, 8.8.1973.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Antônio Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 742 (Reservado), Santiago, 8.8.1973.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Antônio Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 750 (Reservado), Santiago, 10.8.1973.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Antônio Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 780 (Reservado-urgente), Santiago, 20.8.1973.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Antônio Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 783 (Reservado), Santiago, 21.8.1973.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Antônio Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 787 (Confidencial), Santiago, 22.8.1973.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Antônio Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 788 (Reservado), Santiago, 6.8.1973.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Antônio Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 791 (Confidencial), Santiago, 23.8.1973.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Antônio Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 793 (Reservado-urgente), Santiago, 23.8.1973.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Antônio Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 794 (Reservado), Santiago, 23.8.1973.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Antônio Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 796 (Confidencial-urgente), Santiago, 24.8.1973.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Antônio Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 797 (Confidencial), Santiago, 24.8.1973.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Antônio Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 799 (Confidencial), Santiago, 24.8.1973.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Antônio Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 837 (Reservado), Santiago, 1.9.1973.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Antônio Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 838 (Confidencial), Santiago, 1.9.1973.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Antônio Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 845 (Confidencial), Santiago, 5.9.1973.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Antônio Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 858 (Confidencial), Santiago, 8.9.1973.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Antônio Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores RE, Telegrama 862 (Confidencial), Santiago, 10.9.1973.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Antônio Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 864 (Confidencial), Santiago, 10.9.1973.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Antônio Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 865 (Reservado-urgente), Santiago, 11.9.1973.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Antônio Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 866 (Reservado-urgente), Santiago, 11.9.1973.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Antônio Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 871 (Urgentíssimo), Santiago, 12.9.1973.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Antônio Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores, Telegrama 872 (Reservado) Santiago, 12.9.1973.

Submetido: 26/07/2011

Aceito: 06/03/2012

Carlos Federico Domínguez Avila
Centro Universitário Unieuro
Mestrado em Ciência Política, Anexo A/B
Av. das Nações, Trecho 0, Conjunto 5
70200-001, Brasília, DF, Brasil

Centro Universitário de Brasília
Curso de Relações Internacionais, Bloco 3
SEPN 707/907, Campus do UniCEUB, Asa Norte
70790-075, Brasília, DF, Brasil